

América Latina: da desigualdade social à desigualdade econômica

*Luiz Jorge V. Pessôa de MENDONÇA**

Resumo: Demonstra que, se a pobreza na América Latina é explicada pelo tipo de inserção internacional determinado pelo capital, a desigualdade é ampliada principalmente por razões internas ao corpo social. A redefinição das trajetórias de desenvolvimento nunca se concretiza. Pelo contrário, a superexploração da força de trabalho é reproduzida e a modernização da sociedade determina uma inserção no contexto internacional a partir de ideologias, mitos e uma cultura política alheios a sua realidade. No entanto, não se trata de cultivar o nacionalismo cego e exótico. A questão social latino-americana só pode se resolver por meio de uma ruptura com os padrões atuais e os recentes acontecimentos políticos da região parecem apontar nesta direção.

Palavras-chave: América Latina. Desigualdade Social. Desigualdade Econômica.

Latin America: social inequality to economic inequality

Abstract: The article shows that poverty in Latin America countries can be explained by international context imposed by capitalistic relations. Social development is based on over exploitation of work force. In addition, there is a reproduction of an ideology and a political culture that doesn't recognize the exploitation as a result of the modernization based on inequality. In this context, a disruption is necessary and the recent events seem to be an alternative for the continent.

Keywords: Latin American. Social Inequality. Economics Inequality.

Recebido em 13.04.2009. Aprovado em: 24.09.2009.

* Doutor em Economia pela Université de Paris X, professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social (UFES). E-mail: ljvpmendonca@gmail.com

Introdução

Este artigo trata do *continente* latino americano enquanto um espaço geoeconômico específico. A partir de sua inserção no contexto mundial, e tendo em vista o desenvolvimento interno de aspectos sociais, políticos e culturais comuns aos diversos países que o compõem, procuramos interpretar a realidade latina apesar da diversidade encontrada em seu interior. Desse modo, no primeiro item, apresentamos alguns traços históricos e sociais que justificam a denominação de América Latina para o conjunto dos países que a compõe. No segundo, destacamos o multiculturalismo como atributo fundamental dos povos da América Latina e responsável pela sua especificidade frente às outras culturas. No terceiro e quarto itens, desenvolvemos, a partir dos conceitos de colonialismo interno e superexploração da força de trabalho, as razões comuns para a manutenção do subdesenvolvimento deste *continente* ao longo dos séculos.

Aspectos históricos e sociais

A América Latina é uma área cujas características principais são a especificidade de sua colonização e a desigualdade econômica e social em proporções não encontradas em outras regiões do mundo.

No que diz respeito ao tipo de colonização, à origem ibérica, portuguesa e espanhola, juntou-se a contribuição cultural dos escravos e a herança indígena, além da influência das potências européias da

época, Inglaterra e França, e dos fluxos migratórios em diversos momentos – principalmente de Portugal, Espanha e Itália. No caso dos negros e índios, a influência é valorizada em maior ou menor grau conforme as condições de sobrevivência que lhe foram impostas.

A estrutura colonial latino-americana traduziu-se sob a forma de pluralidade étnica não só primordialmente no interior de cada nação, mas também entre os diversos países entre si. A identidade indígena, africana e européia se deu de forma diferente, fazendo com que cada povo se identificasse mais com essa ou aquela origem. Nos países andinos e da América Central, por exemplo, a contribuição cultural e étnica dos povos indígenas é preponderante; já no Brasil, Cuba e Haiti a influência africana é maior, enquanto nos países do cone sul a miscigenação dos povos europeus com os índios, e em menor escala com os negros, é mais uniforme². Portanto, a América Latina constitui um amálgama, a partir de um conjunto de heranças comuns expresso pelo multiculturalismo de seus povos. Esta diversidade é fruto do processo histórico-estrutural imposto pela colonização e constitutiva do caráter étnico-cultural do povo autóctone.

Para se demonstrar como essa evolução particulariza a América Latina frente ao restante do mundo – no que diz respeito ao desenvolvimento social e econômico –, a comparação com as ex-colônias africanas, com a Índia ou com os países orientais é esclarecedora. Embora também colonizadas, elas mantiveram – e man-

² Para uma análise mais detalhada das origens e diversidade da conformação política e social dos países latinos, ver Stein (1989).

têm até hoje – aspectos históricos, culturais e econômicos específicos, anteriores ao processo de mundialização e importantes para o corpo social e para o processo produtivo local atual. É importante destacar a distinção entre globalização e este termo. Conforme observado por Chesnais (1996), o termo *mundialização* utilizado pelos franceses remete ao movimento de integração mundial a partir dos primórdios da formação do capitalismo. O termo globalização, por sua vez, designa o aprofundamento desse movimento sob condições específicas da reprodução do capital atual.

Nesse sentido, fica claro que os países latino-americanos são frutos exclusivos do processo de mundialização, diferenciando-se das demais ex-colônias incorporadas à dinâmica econômica dos países centrais. O processo de colonização latina se deu a partir da tentativa de eliminação dos povos autóctones e de construção de uma sociedade com base em mitos e representações culturais completamente dominadas pelo pensamento liberal.

No que diz respeito à desigualdade de renda, a América Latina apresenta historicamente os piores índices do mundo. Essa característica não depende do tipo de padrão de acumulação e/ou dos ciclos econômicos. Embora o caso do *milagre brasileiro* seja o melhor exemplo, quando a concentração de renda e a desarticulação de amplos segmentos da sociedade ocorreram concomitantemente ao crescimento econômico, as defasagens entre as remunerações dos profissionais mais qualificados em relação aos trabalhadores com baixa produtividade continuam aumentando. Por exemplo, as remunera-

ções dos setores mais produtivos em relação aos menos produtivos aumentaram em média entre 40% e 60%, no período de 1990 a 1994 (PIZARRO, 2001).

Em geral, as nações latinas apresentaram uma distribuição dos ganhos de produtividade prejudicial às classes mais pobres. O caso da Argentina é o mais representativo, com alta de 8,1% na taxa de crescimento da participação da remuneração dos setores mais produtivos contra uma alta de apenas 1,4% dessa participação quando mensurada apenas para os setores de baixa produtividade (PIZARRO, 2001). O mesmo ocorre no período atual em que a globalização tem sido responsabilizada pela manutenção da desigualdade de renda, precarização do trabalho, aumento do desemprego e perda de direitos e garantias anteriormente conquistados. Nem mesmo as políticas sociais pontuais são suficientes para reverter o aumento dos custos sociais, decorrentes da reestruturação econômica imposta pela globalização, à medida que se agrava a vulnerabilidade social dos setores mais desfavorecidos.

Desse modo, as políticas neoliberais não obtiveram os efeitos positivos tão propagados e o resultado final é a manutenção da secular e estrutural desigualdade em todo o continente. A entrada do México no Tratado de Livre Comércio (TLCAN), por exemplo, não surtiu os efeitos esperados. Apesar do aumento inicial do nível de emprego, o resultado demonstrou-se desastroso. A destruição de postos de trabalho e de ocupações tradicionais em função da especialização voltada para a exportação acabou por prevalecer. Em termos de repartição de renda, o resultado foi que mais da metade da renda

total, equivalente a 54,2%, concentrava-se nas mãos de 20% das famílias mais ricas³. Mesmo com o Chile, baluarte dos políticos neoliberais, tem ocorrido efeito semelhante em termos de desigualdade. Apesar do sucesso relativo, a especialização da esfera produtiva completamente voltada para a exportação (principalmente fruticultura, pesca, minérios e cobre) não é suficiente para manter em expansão o mercado de trabalho no ritmo necessário. As conquistas sociais não avançaram em relação ao início da década de 1970 e a desigualdade permanece no mesmo patamar de outrora e com tendência a aumento em determinados segmentos. A Argentina também não foge à regra. Após a crise de 2001, resultado direto das políticas neoliberais implementadas a partir a década de oitenta, o nível de renda, de emprego e o grau de assistência social não chegam a compensar minimamente as perdas sofridas, destacando-se em particular a crescente desigualdade⁴.

As explicações para esse problema são diagnósticos de fundo moral, em que as mazelas do continente se devem à corrupção das classes dirigentes ou se fundamentam em aspectos políticos, em que o populismo tipicamente latino-americano é decorrente da falta de desenvolvimento das instituições verdadeiramente democráticas. Nos dois casos, reforça-se a superioridade ética, moral e

institucional dos modelos europeu e norte-americano. O que se pretende demonstrar é justamente o contrário: o problema advém da tentativa de seguir modelos estranhos à realidade latina, portanto incapazes de contribuir para a compreensão dessa questão.

É necessário explicar a desigualdade da América Latina a partir de sua própria história. A explicação do subdesenvolvimento não pode se basear em padrões alheios à construção e reprodução da estrutura social e política específica de nosso continente. As desigualdades econômicas e sociais observadas ao longo da história são expressões de um mesmo fenômeno, cuja compreensão requer a articulação de três aspectos específicos da América Latina: o aspecto cultural, os aspectos sociais resultantes do período da colonização e a forma de inserção econômica no contexto internacional.

Cultura e globalização

O multiculturalismo é uma herança rica e um trunfo para o desenvolvimento latino-americano. A pluralidade entre as diversas nações e no interior de cada uma delas é fundamento de uma identidade latina comum e autóctone. Isto, no entanto, não deve obstruir outro aspecto importante: a de que a riqueza dessa herança está justamente na sua continuidade. Trata-se de um continente em que a miscigenação não só é largamente predominante, mas também é contínua e atravessa todos os aspectos passados e presentes que conformam à sociedade. As diferentes expressões culturais não devem ficar restritas aos guetos ou comunidades autônomas (negros, imi-

³ A esse respeito, consultar ACUÑA SOTO, V.; ALONZO CALLES, M. *La integración desigual de México a TLC*. México: Ed. Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio, 2000.

⁴ Sobre os efeitos da globalização financeira e da abertura comercial nos países da América Latina, consultar GAMBINA. *La globalización económica-financiera* (2002).

grantes e índios). É a partir da interação entre elas – e delas com as influências mais recentes do exterior – que a cultura latino-americana se elabora e se reconstrói constantemente. Nesse sentido, a união de culturas diversas compreenderia tanto a valorização das contribuições próprias da região quanto daquelas vindas dos países hegemônicos. A recusa de qualquer um dos pólos significa submissão ao mito construído pelas culturas ocidentais dominantes. Em termos gerais o que

[...] devemos recusar da Europa e dos EUA não são suas culturas, mas a imagem que querem ter da nossa (PERRONE-MOISÉS, 2007, p. 25).

A América Latina tem seu desenvolvimento pautado pelo exterior, pois foi desde sempre mundializada. A inserção e o intercâmbio intenso com o exterior em todos os aspectos sócio-culturais estão na gênese de seu povoamento e desenvolvimento. Foram suas próprias riquezas, materiais e culturais, que fomentaram a cobiça das nações hegemônicas, embora a presença dessas nações seja também parte integrante e constitutiva de sua história. A denominação *América Latina* é bastante elucidativa a esse respeito; foi cunhada sob o regime de Napoleão III para promover a influência francesa no continente, em contraposição à influência saxônica que começava a se impor. Ela comprova como a região foi incorporada definitivamente ao ocidente. Sua perspectiva de desenvolvimento e emancipação é pautada pelos parâmetros ocidentais, sem que seja necessário com isso negar todas as

suas especificidades culturais, econômicas e sociais.

As manifestações culturais latino-americanas expressam essas experiências dentro da trajetória ocidental. Nela está sempre presente a percepção do homem latino sobre o tipo de coação de aspectos sociais resultantes do desenvolvimento das relações econômicas de dominação, a partir da reinvenção e contestação permanente decorrente do multiculturalismo e da necessidade de mudança das condições materiais de existência. Essas manifestações podem e devem conter os elementos da modernidade mesclados com os aspectos locais, de modo a interferir ativamente no desenvolvimento econômico e social das relações de produção.

É interessante observar como a literatura latina demonstra a crença da sociedade nos múltiplos aspectos de seu parentesco com o ocidente colonizador. Dom Pedro Dinis Quaderna, personagem de Ariano Suassuna, sintetiza essa dimensão cultural a partir de um ideal, já que ao se auto-definir como monarquista de esquerda parece unir os fidalgos ibérico-brasileiros com os fidalgos brasileiros negro-vermelhos e os Tapuias. A construção de um reino sertanejo representa, assim, o futuro sonhado de uma integração social sobre bases mais igualitárias. Já com Aureliano, personagem de Gabriel Garcia Marques, observa-se o desencanto do personagem com o ideal liberal. Esse personagem conforma-se com seu destino ao compreender que toda sua estirpe estava condenada a cem anos de solidão na cidade de Macondo, a um passado continuamente revivido

apesar do aniquilamento paulatino da cidade.

A universalidade e a singularidade estão lado a lado. São personagens idealizadas, potencialmente reformadoras, pobres e humildes, num contexto historicamente dado, mas vivenciando destinos humanos decorrentes de uma necessidade social objetiva: ultrapassar os limites materiais da desigualdade que caracterizam a sociedade nos marcos jurídicos e sociais do capitalismo.

Contudo, há uma tensão constante na cultura latina. Ela oscila entre dois pólos: reinventar o próprio mundo ou aceitar passivamente suas formas de expressão. Por um lado, essa tensão expressa a possibilidade de mudança das próprias formas de representação, de modo a fazê-las corresponder a um ideal latente, moderno e cosmopolita, como podemos observar no seguinte trecho:

Além disso, num mundo atualmente colonizado pelos Estados Unidos, a América Latina pode converter-se numa opção cultural diversa dentro da globalização. Isso não se conseguirá com o isolamento cultural, nem com o cultivo de sua imagem folclorizada, mas com sua entrada efetiva no conjunto de discursos culturais de nosso tempo. Para se impor no discurso internacional, os latino-americanos precisam dispor de informações tão atualizadas, de armas conceituais tão afiadas e de formas artísticas tão apuradas como aquelas de que dispõem as culturas que ainda são hegemônicas (PERRONE-MOISÉS, 2007, p. 27).

Por outro lado, ela pode significar a valorização de uma representação estilizada e aceitar ser o reverso da imagem

da metrópole modelo⁵. Aceita-se, portanto, a impossibilidade de mudança com o padrão de desenvolvimento vigente que é, conseqüentemente, o padrão imposto pela potência hegemônica. Jorge Luis Borges, com a personagem *Funes, o memorioso*, ilustra de forma singular a tensão entre a possibilidade de reinventar-se e a de manter-se prisioneiro de uma dada realidade. Funes possui uma memória prodigiosa, sendo capaz de lembrar com detalhes de qualquer momento de sua rica história. Ele é capaz de dizer as horas com precisão de minutos, mesmo não tendo relógio. Andando e equilibrando-se sobre um muro, assim como em qualquer outra situação, Funes responde exatamente que horas são, como se trouxesse um relógio dentro de si. É a América Latina presa em uma temporaneidade pré-estabelecida, incapaz de seguir qualquer rumo que não seja aquele já determinado de fora (nesse caso, internalizado dentro de seu próprio organismo). Seu horizonte de atuação está limitado ao momento presente, impossibilitando a reinvenção que pressupõe um lapso temporal mais amplo do que a realidade imediata. A riqueza histórica passa a ser o limite de sua experiência, que por definição se resume apenas à reprodução das relações sociais em condições sempre semelhantes. Portanto, desiguais.

⁵ “[...] pretendo considerar a América do Sul não como vítima, paciente ou ‘problema’, mas como uma imagem especular na qual a Anglo América poderá reconhecer as suas próprias enfermidades e os seus ‘problemas’. Embora as Américas do Norte e do Sul se alimentem de fontes de civilização ocidental que são familiares a ambas, seus legados específicos correspondem a um anverso e um reverso” (MORSE, 1988).

A relação entre o cosmopolitismo e as raízes negras e indo-americanas passa a ser representada teoricamente pela clássica oposição entre metrópole e colônia, atraso e modernidade, burguesia e proletariado. Com esses referenciais, perde-se justamente o que há de mais rico e fecundo na América Latina. O desenvolvimento apresenta-se ora como uma acumulação e ampliação de valores materiais, que não atendem às necessidades básicas da maioria absoluta da população, ora como um desafio cujo obstáculo a ser suprimido é justamente a diversidade das demandas sociais. No primeiro caso, o objetivo é uniformizar os hábitos e costumes de acordo com as necessidades históricas do padrão capitalista ocidental (no mínimo inadequadas ao caráter latino). No segundo caso, procura-se isolar os atores sociais por meio da segmentação social e cultural. No entanto, essa segmentação acaba por limitar a capacidade de desenvolvimento.

O caso da Bolívia é, atualmente, bastante representativo. O país tem a maioria da população indígena alijada dos benefícios econômicos, seja como produtores ou consumidores, embora esta constitua o principal acervo étnico e cultural do país. Nesse sentido, a ascensão de Evo Morales à Presidência da República é um marco na América Latina. Aponta a construção de um caminho para inserir o país no contexto mundial contemporâneo a partir – e em benefício – do que é específico da formação histórica e social boliviana. Referindo-se ao Peru, Mariátegui explicita bem a importância dos povos autóctones para o desenvolvimento econômico:

Uma política realmente nacional não pode prescindir do índio, não pode ignorar o índio. O índio é o alicerce da nossa nacionalidade em formação. A opressão faz do índio inimigo da civilização. Anulá-lo, praticamente, como elemento de progresso. Os que empobrecem e deprimem o índio empobrecem e deprimem a nação. Explorado, ridicularizado, embrutecido, o índio não pode ser um criador de riqueza [...]. Só quando o índio obtiver para si o rendimento do seu trabalho é que vai adquirir a condição de consumidor e produtor, que a economia de uma nação moderna requer de todos os indivíduos (MARIÁTEGUI, 2005, p. 87).

Resumir o problema nos termos clássicos (metrópole/colônia, burguesia/proletariado, atraso/modernidade) significa aceitar a ideologia dos países desenvolvidos, desconsiderando as especificidades da região. Tal como ocorre com Funes, significa virar presa de noções e conceitos alheios à sua própria potencialidade. Significa abdicar de uma construção que incorpore a diversidade, como a personagem de Dom Dinis, ou que possa construir sua própria história como faz a personagem de Garcia Marques. Em outras palavras, a América Latina passa a reconhecer-se como um continente com potencial para se inserir bem no contexto internacional. Mas esse potencial está sempre latente, nunca se realizando. O ideal uniforme de metrópole moderna e burguesa nega as possibilidades reais de um desenvolvimento adequado às condições do povo latino-americano. Essas classificações são específicas para a historicidade dos países hegemônicos e ideologicamente criam uma estrutura de poder que perpetua e aumenta indefini-

damente as desigualdades e o atraso das relações sociais.

A estrutura de poder e o colonialismo interno

Nas sociedades latino-americanas, o processo histórico forjou um conjunto de relações sociais e políticas específicas. Não houve, no sentido literal, integração/incorporação da economia local ao mercado mundial como ocorreu com as colônias de outros continentes. Houve a formação de uma nova sociedade, a partir da destruição em grandes proporções das comunidades autóctones e da criação e desenvolvimento de instituições baseadas exclusivamente nos modelos dos colonizadores. A própria economia latina foi criada como parte integrante do mercado mundial, naquela época em formação. Mesmo no caso da América hispânica, onde houve inicialmente exploração do ouro e prata a partir da espoliação das populações indígenas, as elites desenvolveram-se em função da implantação de atividades não tradicionais e com a quase dizimação dos povos indígenas. A espoliação foi – e continua a ser – complementar às atividades econômicas promovidas para atender as necessidades de matéria-prima das metrópoles e constituir um mercado ampliado para os países centrais ou um espaço para a valorização do capital financeiro globalizado.

As relações sociais de dominação concretizam-se na formação e desenvolvimento de elites que mesclam características oligárquicas-patrimonialistas com as características burguesas-dependentes. Durante a colonização, os primeiros as-

pectos foram predominantes em razão dos colonizadores e do estágio em que se encontrava o modo de produção da época. Porém, com o avanço das relações capitalistas, houve uma mescla maior entre essas duas características.

Cuando un sector de las clases dominantes locales se desdobló constituyendo un empresariado nativo, este no surgió ni más capitalista ni más innovador que sus antecesores; surgió, si, como el explotador de una nueva fuente de enriquecimiento propiciada por la producción de manufacturas, y creció en un contexto local y en una coyuntura mundial distinta a la de los europeos, lo que le imprimió un perfil peculiar. Primero, porque creció al lado y no por encima de la oligarquía latifundista y del patronato parasitario. Segundo, porque se multiplicó en asociación y no en contraposición a la explotación imperialista. Tercero, porque al surgir tardíamente jamás llegó a disputar la hegemonía política a los viejos estratos, contentándose con participar del sistema como un asociado menor con intereses específicos (RIBEIRO, 1978, p. 146).

O desenvolvimento dos países latino-americanos, mesmo durante o período da industrialização por substituição de importações, teve seu caráter patrimonialista e foi reflexo dos interesses hegemônicos externos. O termo modernização-conservadora⁶ define bem essa situa-

⁶ Esta denominação foi cunhada a partir da descrição do processo de submissão/eliminação da base econômica da classe burguesa nacional no estágio imperialista de expansão do capitalismo. Processo este determinado pelas formas de intercâmbio econômico entre a América Latina e os países centrais. Este intercâmbio possibilita apenas o desenvolvimento do subdesenvolvimento à medida que mantém a exclusão e os altos níveis

ção. O desenvolvimento e a exploração do mercado interno beneficiavam ao mesmo tempo os segmentos do empresariado local, da oligarquia tradicional, e as multinacionais. No período atual de globalização financeira, a evolução das relações internas entre os diversos segmentos sociais e o grau de dependência cada vez maior mostra que o quadro não apresentou mudanças substanciais. Pode-se dizer que o caráter patrimonialista e dependente é incorporado, em diferentes graus, tanto na mentalidade dos setores tradicionais (setor rural e produção primária) quanto na dos mais modernos (setor urbano e industrial). Eles não são rivais como transparece em análises tradicionais, mas sim associados em torno de um interesse comum e concreto – manter e aumentar o processo de acumulação, sem que a estrutura social sofra alterações de base.

A disputa política não se dá apenas entre o interesse nacional versus os interesses externos ou entre o moderno versus o antigo. A disputa ocorre internamente entre segmentos sociais e econômicos aliados. Essa associação de interesses possibilita a exploração da força de trabalho sob diferentes bases. O controle do aparato do Estado é feito por grupos heterogêneos que dividem entre si as benesses do crescimento econômico. Essa divisão não é equânime nem definida pelas forças do mercado. Ela é definida politicamente. É esse o aspecto responsável pela manutenção das desigualdades em escala maior do que a encontrada em outras regiões do mundo.

A aliança entre os segmentos sociais determina a trajetória do crescimento econômico de modo a compatibilizar interesses de natureza distinta. O controle das políticas de exportação e importação, da política monetária, cambial e fiscal é instrumentalizado com o objetivo de atender a essa aliança. Por exemplo, as políticas monetária e cambial na Venezuela eram implementadas para atender às necessidades do setor petrolífero e, ao mesmo tempo, transferir renda para as elites locais, sem que o povo se beneficiasse da extração e produção do petróleo. Em linhas gerais, a abertura da conta capital e as altas taxas de juros permitem um lucro financeiro fácil, enquanto a estrutura tributária é extremamente regressiva, penalizando as camadas mais pobres da população para beneficiar o capital estrangeiro, o empresariado e as oligarquias regionais.

A especificidade da América Latina reside no fato de que a estrutura colonial, necessariamente heterogênea (cultural, institucional e economicamente), é também amplificadora das desigualdades. Essa estrutura se baseou sempre na exploração de um segmento social sobre os demais. É interessante notar como o diferencial de salários (renda do trabalho) é injustificável para os padrões das nações desenvolvidas, Estados Unidos e países europeus, que servem de espelho para as classes médias da sociedade. A diferença entre o salário mínimo almejado pela maior parte da população e o salário da classe média pode atingir dez ou vinte vezes mais do que os salários dos extratos mais altos da classe média⁷. As classes

de exploração da força de trabalho (FRANK, 1980).

⁷ Segundo pesquisa do Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA), em 2007, o

sociais só se reconhecem como parte de um segmento social tendo em vista a desigualdade dos segmentos menos favorecidos, ou mesmos excluídos. Elas apóiam e por vezes demandam políticas que reproduzam essa triste realidade.

Em alguns casos, como na Guatemala, os 10% mais ricos da sociedade recebem 46,8% da renda total, enquanto os 20% mais pobres percebem apenas 2,4%. A renda média dos 10% mais ricos atinge 63 vezes mais do que o valor da renda dos 10% mais pobres. No Brasil, o percentual da renda total que cabe aos 10% mais ricos é de 47,2%, enquanto os 20% mais pobres recebem 2,6% da renda total. Na Colômbia, Chile e México a situação é semelhante, com os 10% mais ricos recebendo em média mais de 40% da renda total e, respectivamente, 3,4%, 3,1% e 2,7% dos mais pobres recebendo 20% da riqueza total. Nos países da América Central, na Argentina e Uruguai o percentual de participação dos mais pobres na renda total fica em torno de 4%. Igual situação é encontrada em termos de desigualdade de acesso aos serviços básicos: saúde, educação, saneamento etc. Além disso, mesmo os países que apresentavam índices melhores, embora ainda elevados de concentração, houve deterioração nos anos 90⁸.

Nesse contexto, as categorias tradicionais utilizadas na explicação do atraso perdem seu poder explicativo e limitam o campo de ação dos povos latino-americanos. Tal como ocorre com Funes, o personagem citado, a atuação da classe

social hegemônica é limitada pelas condições pré-existentes, o que se configura em reprodução contínua da exploração. A relação de dominação e exploração faz-se de um grupo regional e social sobre outro e não apenas do capital sobre o trabalho ou de uma elite local em nome do colonizador europeu: criollos e brasileiros exploravam-se mutuamente e não apenas como meros prepostos dos colonizadores. O colonialismo interno, como definida por Casanova, é fundamental para a compreensão da especificidade latina, que não pode ser explicada simplesmente pela relação clássica capital x trabalho:

La estructura colonial y el colonialismo interno se distinguen de estructura de clases, porque no son sólo una relación de dominio y explotación de los trabajadores por los propietarios de los bienes de producción y sus colaboradores, sino una relación de dominio y explotación de una población (con sus distintas clases, propietarios, trabajadores) por otra población que también tiene distintas clases (propietarios y trabajadores) (CASANOVA, 1996, p. 241).

É importante observarmos, dessa forma, como os grupos de trabalhadores e patrões se comportam em relação aos de outras regiões ou setores. Em linhas gerais, as classes de uma região mais adiantada exploram as mesmas classes de outra região mais atrasada. Em nome da modernidade, trabalhadores do meio urbano *desenvolvido* identificam-se com medidas contrárias aos interesses da classe trabalhadora de outros segmentos produtivos, enquanto os empresários adotam políticas clientelistas com o objetivo de manter vantagens pecuniárias

rendimento médio dos 10% mais ricos é de R\$ 4850,00 e dos 10% mais pobres é de R\$ 206,00.

⁸ Uma avaliação desses dados é feita em Ribeiro (2006).

que não obteriam de outra forma, e isto tanto nas regiões mais desenvolvidas quanto nas mais atrasadas. A Média Luna na Bolívia, as disparidades regionais entre São Paulo e o Norte e o Nordeste brasileiro, entre a região de influência de Buenos Aires e o noroeste e o sul da Argentina, etc. resumem bem a forma como o colonialismo interno se reproduz: por meio da exploração de uma população sobre outra. E, o mais importante, é justamente por meio das concessões políticas e econômicas que as populações fazem com que o sistema se reproduza continuamente. Essas concessões, realizadas através da distribuição de direitos e benefícios materiais entre as oligarquias retirados de uma parcela cada vez maior da população, implicam necessariamente o aumento das desigualdades. A concentração de renda e a exclusão social inerentes ao capitalismo atingem patamares acima do nível normal, assumindo caráter estrutural.

O crescimento econômico na América Latina não produz nenhuma alteração significativa do nível de pobreza absoluta⁹, nos baixos níveis de escolaridade e no acesso à saúde. Ao longo de sua história, o continente vivencia crises recorrentes e pobreza crescente, mesmo em épocas de crescimento econômico, sem que a aliança entre as classes mais privilegiadas e o apoio que estas detêm se abale. Ademais, a cultura política latino-americana não apresenta qualquer solução para esse problema. Apesar de incorporar o conjunto de valores e ideais da democracia ocidental, a inserção do

continente atende apenas às necessidades econômicas de cada fase do capitalismo, conforme as necessidades dos países hegemônicos, de forma dependente e sem que haja evolução significativa no desenvolvimento das forças sociais.

Os efeitos internos da dependência externa

A estratificação decorrente desse processo é produto tanto da expressão do conjunto das relações de produção capitalista quanto do domínio político e ideológico interno que atende exclusivamente as classes mais favorecidas. Ela não se limita ao aspecto econômico, mas é principalmente a expressão desse fenômeno que se reproduz socialmente através da história. Isto é:

[...] a economia exportadora é, então, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo de produção capitalista [...] (MARINI, 2000, p. 134).

Desde o início, a América Latina constitui parte integrante e especializada do mercado mundial e permite, ao proporcionar condições para a diminuição do valor da força de trabalho, que os países centrais se concentrem na produção de bens cujo valor agregado é cada vez maior. Estabelece-se, então, o intercâmbio desigual entre as nações e mantém-se indefinidamente a dependência baseada na divisão internacional do trabalho.

Essa dependência condiciona o desenvolvimento sócio-econômico e está expressa nas relações comerciais e financeiras

⁹ Sobre a relação entre políticas econômicas, crescimento econômico e redução dos níveis de pobreza absoluta ver Salama e Valier (1994).

ras com o restante do mundo. As exportações dos países latinos têm de ser cada vez maiores para garantir os recursos necessários ao pagamento dos bens e serviços importados, e também dos juros, das amortizações dos empréstimos realizados e da remessa de lucros dos investimentos estrangeiros. Os países centrais asseguram, desse modo, uma participação maior no valor total produzido para o mercado mundial.

O intercâmbio desigual, no entanto, não se limita à mera relação de preços e deteriorização dos termos de troca (diminuição dos preços das matérias-primas em relação aos preços das manufaturas mais intensivas em tecnologia). Ele se caracteriza pela superexploração do trabalho como única forma de compensar a transferência de valor em benefício das nações mais avançadas, sem prejuízo para as elites locais. O aumento da exploração da força de trabalho (diminuição dos salários, precarização e aumento da jornada de trabalho) garante o padrão de consumo das classes mais altas:

Vimos que o problema que coloca o intercâmbio desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar uma perda de mais-valia [...]. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, como um aumento da mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva (MARINI, 2000, p. 123).

A especificidade latina decorre do fato de que os diferentes segmentos sociais adotam um padrão de consumo determinado exclusivamente pelos padrões

externos. Esse comportamento mimético explica o fato da maior parte dos produtos não chegar a se converter em produtos populares como geralmente ocorre nos países desenvolvidos após determinado tempo. O desenvolvimento capitalista apresenta continuamente novas necessidades materiais, que no caso latino terão de ser atendidas antes mesmo que o processo de produção dos bens *já tradicionais*, que atendessem às necessidades básicas pré-existentes, pudesse se desenvolver em maior escala. A esfera produtiva nunca chega a atender as necessidades das populações de menor renda. Os diversos extratos das classes médias, bem como os capitalistas, ansiosos por se identificarem com o *primeiro mundo*, acabam por impor um padrão de consumo extremamente excludente.

O mais grave, no entanto, é saber que, quanto maior for o desenvolvimento da produtividade nos países centrais, maior será a exploração da força de trabalho para que as classes médias e altas possam obter a renda necessária para atender seu padrão de consumo. Isso porque níveis de produtividade inferiores ao da média, majoritariamente determinada pelos países centrais, exigem o aumento da exploração da força de trabalho como forma de assegurar transferência de renda para os mais favorecidos.

As desigualdades crescentes de renda não induzem a qualquer mudança significativa nas políticas adotadas. Até mesmo as fases de crescimento econômico, no período áureo das políticas keynesianas, foram quase sempre acompanhadas de aumento da desigualdade e nunca de modo a incorporar os enormes contingentes populacionais que se en-

contram à margem da sociedade. Tais políticas, baseadas no aumento do gasto público em infra-estrutura, diretamente no setor produtivo ou em políticas sociais, nunca beneficiaram a maior parte da população. A combinação das políticas econômicas para a promoção do crescimento econômico puxado pelo aumento da demanda atendia apenas os interesses das classes mais altas. Com o objetivo de promover o crescimento econômico, a partir do aumento da demanda, o milagre econômico brasileiro acompanhado de enorme concentração da renda é o melhor exemplo. Pelas mesmas razões, a bonança de recursos financeiros na Venezuela nunca se converteu em benefício para a maioria de seu povo, pelo menos até surgir a alternativa de Hugo Chaves. Atualmente, pode-se dizer o mesmo em relação à opção mexicana pelo tratado de livre comércio com os EUA ou às políticas neoliberais que conduziram a Argentina para a séria crise econômica e social, em 2001. A reprodução dessas desigualdades na América Latina foi a forma encontrada para que os diversos segmentos sociais mais beneficiados possam assegurar um padrão de consumo compatível com os ideais do Império do Norte e da Europa.

Conclusão

Portanto, a pobreza que caracteriza a América Latina é explicada pelo tipo de inserção internacional determinado pelo capital, porém a desigualdade é ampliada principalmente por razões internas ao corpo social. A redefinição das trajetórias de desenvolvimento nunca se concretiza. Pelo contrário, a superexploração

do trabalho é reproduzida e a modernização da sociedade determina uma inserção no contexto internacional a partir de ideologias, mitos e uma cultura política alheios a sua realidade. A despeito do enorme potencial cultural e político, os povos latino-americanos permanecem em condições econômicas precárias por conta da ideologia predominante e indiferente à realidade social. No entanto, não se trata de cultivar o nacionalismo cego e exótico. A questão social latino-americana só pode se resolver por meio de uma ruptura com os padrões atuais, desde que se leve em conta o ritmo da história do ocidente da qual somos a um só tempo fruto e ator relevantes – portanto, com condições ou até mesmo obrigação de participar como agente ativo no processo histórico de evolução dos povos. Nesse sentido, as recentes mudanças políticas no cenário latino-americano surgem como alternativas necessárias aos séculos de obediência ao receituário vindo do exterior e alheio aos interesses da maioria da população da América Latina.

Referências

- BORON, Atílio. El Estado y las reformas del Estado orientadas al mercado: los desempeños de la democracia en América Latina. In: KRAWCZYK, N. R.; WANDERLEY, L. E. (Org.). *América Latina: estado e reformas numa perspectiva comparada*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 19-67.
- BRIEGER, Pedro. De la década perdida a la década del mito neoliberal. In: GAMBINA, J. (Org.). *La globalización*

- económico-financiera*. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 341-355.
- CASANOVA, P. G. El colonialismo interno. In: _____. *La sociología de la explotación*. México: Siglo XXI, 1996.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- FRANK, André G. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- IANNI, Octavio. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano*. Seleção Michael Löwy. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- PIZARRO, R. *La vulnerabilidade social y sus desafíos: una mirada desde América Latina*. Santiago (Chile): CEPAL, 2001. (Serie estudios estadísticos y prospectivos, n. 6).
- QUIJANO, Aníbal. Os fantasmas da América Latina. In: NOVAES, A. (Org.). *Oito visões da América Latina*. São Paulo: Senac, 2006.
- RIBEIRO, Carlos. A. C. Um panorama das desigualdades na América Latina. *Análise de Conjuntura OPISA*, Rio de Janeiro, n. 6, jun. de 2006. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/19_analises_Um_panorama_das_desigualdades_na_America_Latina.pdf>. Acesso em: jan. 2010.
- RIBEIRO, D. *El dilema de América Latina: estructuras de poder y fuerzas insurgentes*. México: Siglo XXI, 1978.
- SALAMA, P.; VALIER, J. *Pauvretés et inégalités dans le tiers monde*. Paris: La Découverte, 1994.
- STEIN, S. J. *A herança colonial da América Latina: ensaios da dependência econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- ARGUMENTUM, Vitória, v. 1, n. 1, p. 78-91, jul./dez. 2009